

## Psicanálise do enquadre psicanalítico \*

José Bleger\*\*

Winnicott define o *setting* como "a soma de todos os detalhes da técnica".<sup>1</sup> Proponho – por razões que ficarão claras ao longo do desenvolvimento do tema – que adotemos o termo *situação psicanalítica* para a totalidade dos fenômenos incluídos na *relação terapêutica* entre analista e paciente. Esta situação compreende fenômenos que constituem um *processo*, que é o que estudamos, analisamos e interpretamos; porém inclui também um *enquadre*, isto é, um "não processo", no sentido de que são as *invariáveis* que formam a moldura dentro da qual se dá o processo.<sup>1</sup>

Assim, a situação analítica poderia ser estudada a partir do ponto de vista da metodologia que nela está implicada: o enquadre corresponderia às *invariáveis* de um fenômeno, um método ou uma técnica, e o processo ao conjunto das *variáveis*. Sem dúvida, aqui deixaremos de lado este aspecto metodológico e somente o citamos para que se compreenda que um processo só pode ser investigado quando são mantidas *mesmas invariáveis* (enquadre). É assim que dentro do enquadre psicanalítico incluímos o papel do analista, o conjunto de fatores (ambiente) temporais e parte da *técnica*<sup>2</sup> (na qual se inclui o estabelecimento e a manutenção de horários, honorários, interrupções regulamentadas etc).

Agora me interessa a psicanálise do enquadre psicanalítico e existe uma importante literatura a respeito da necessidade de sua manutenção e das rupturas e distorções que o paciente provoca no mesmo ao longo do curso de qualquer análise (em graus e características variáveis: desde o exagerado cumprimento obsessivo até uma *repressão*, *acting out* ou uma *desagregação psicótica*): O trabalho psicanalítico com psicóticos me ensinou, com certeza, a importância da manutenção e da defesa dos fragmentos ou elementos que puderam ser mantidos do enquadre, o que é possível – às vezes – somente com a *internação*.

Sem dúvida, também não quero enfocar aqui o problema da "ruptura" ou dos "ataques" ao enquadre. Quero estudar aquilo que envolve a *manutenção idealmente normal de um enquadre*.<sup>3</sup>

Dito desta forma, pareceria que tal estudo não é possível porque esta análise ideal não existe. Eu estou de acordo com esta opinião. O certo é que, às vezes de forma permanente, outras vezes esporádica, o enquadre se converte de uma *Gestalt* de fundo em uma de *figura*, quer dizer em processo. Porém, mesmo nestes casos, não é igual ao processo, em si mesmo, da situação analítica, porque nas "falsas" ao enquadre a nossa interpretação *sempre tende* a mantê-lo ou a restabelece-lo, diferença importante com a nossa atitude na análise do processo em si. Neste sentido, estou interessado em exami-

\* Apresentado no Segundo Congresso Psicanalítico Argentino. Buenos Aires, Junho de 1966.

\*\* Bleger, José. *Psicanálisis del encuadre psicanalítico*. In: *Bleger, José. Simbosis y ambigüedad: estudio psicanalítico*. Buenos Aires: Paidós, 1967, p.237-50. (Biblioteca de Psiquiatria, Psicopatología y Psicossomática, 42). Lo: B615S, 1967, 1967.

nar o significado psicanalítico do enquadre, quando este **não é problema**, na análise "ideal" (ou nos momentos ou períodos nos quais ela ocorre): quer dizer, a psicanálise do enquadre quando este se mantém e não quando se rompe, quando continua sendo um conjunto de invariáveis e não quando se transforma em variáveis. O problema que quero examinar é o daquelas análises nas quais o enquadre não é um problema. E justamente para mostrar que é problema. Isto irá, necessariamente, ocupar boa parte do tempo que disponho por que não se pode analisar um problema que não se define ou não se conhece.

Uma relação que se prolonga durante anos, com a manutenção de um conjunto de normas e atitudes, não é outra coisa se não a definição mesma de uma instituição. O enquadre é então uma instituição dentro da qual, ou em cujo seio, acontecem fenômenos que denominamos comportamentos<sup>4</sup>.

O que é evidente para mim é que cada instituição é uma parte da personalidade do indivíduo. E de tal importância que a identidade – total ou parcialmente – é sempre grupal ou institucional, no sentido de que, sempre pelo menos uma parte da identidade se configura com a pertinência a um grupo, a uma instituição, a uma ideologia, a um partido, etc. Fenichel escreveu: "Fora de qualquer dúvida, as estruturas individuais criadas pelas instituições ajudam a conservar estas mesmas instituições". Porém, mais do que essa interação indivíduos-instituições, as instituições funcionam sempre (em graus variáveis) como os limites do esquema corporal e o núcleo fundamental da identidade.

O enquadre se mantém e tende a ser mantido (ativamente pelo psicanalista) como invariável e, enquanto existe como tal, parece inexistente ou não levado em conta, tanto como as instituições ou as relações das quais somente se toma consciência, justamente, quando elas falham, ou se obstruem ou deixam de existir. (Não sei quem disse que o amor e a criança, só se sabem que existem quando choram). Porém, qual é o significado do enquadre quando se mantém (quando "não chora")? É, de qualquer forma, o problema da simbiose, que é "muda" e somente se manifesta quando se rompe ou ameaça romper-se. É também o que ocorre com o esquema corporal, cujo estudo começou pela patologia, que foi o que primeiro mostrou a sua existência. Assim como falamos do "membro fantasma", temos que reconhecer que as instituições e o enquadre **sempre** se constituem em um "mundo fantasma": o da organização mais primitiva e indiferenciada. Aquilo que sempre está, só se percebe quando falta. Poderíamos aplicar ao enquadre a denominação daquilo que Wallon chamou de "ultracoisas", isto é, tudo aquilo que na experiência aparece como vago, indeterminado, sem concepção ou sem conhecimento. Não são somente as relações estáveis com os objetos ou as instituições que organizam o Eu, mas também as frustrações e gratificações posteriores com os mesmos. Não há percepção daquilo que sempre está. A percepção do objeto que falta e daquele que gráfica é posterior – o mais primitivo é a percepção de uma "incompletude". Aquilo que existe para a **percepção do sujeito** é aquilo cuja experiência mostrou-lhe que pode falar. Por outro lado, as relações estáveis ou imobilizadas (as não-ausências) são as que organizam e mantêm o não-Eu e formam a base para estruturar o Eu em função das experiências frustrantes e gratificadoras. Aquilo que o não-Eu não percebe, não significa que não exista psicologicamente para a organização da personalidade. O conhecimento de algo só se dá na ausência deste algo, até que se organize como objeto interno. Porém, aquilo que não percebemos também existe. E este

"mundo fantasma" existe depositado em um enquadre, mesmo que este não tenha se rompido ou precisamente por isso.

Quero fazer outra pequena digressão que espero dê mais elementos para o estudo que me propus. Até muito pouco tempo atrás nos movimentávamos muito confortáveis na ciência, na linguagem, na lógica etc sem nos dar conta de que todos esses fenômenos ou comportamentos (todos eles me interessam enquanto comportamento, isto é, enquanto fenômenos humanos) se dão em um contexto de pressupostos que ignorávamos ou que dávamos por inexistentes ou invariáveis; porém agora sabemos que a comunicação inclui uma metacomunicação, a ciência uma metaciência, a teoria uma metateoria, a linguagem uma metalinguagem, a lógica uma metalógica, etc. Variando a meta, varia o conteúdo de maneira radical<sup>5</sup>. Assim o enquadre, sendo consciente, torna-se decisivo para o processo da conduta. Em outros termos, o **enquadre** é uma **metacoduta** e dele dependem os fenômenos que vamos reconhecer como conduta, é o implícito do qual, porém, depende o explícito.

A **metacoduta** funciona como aquilo que M. e W. Baranger chamam de "o baluarte": o aspecto que o analisando procura não colocar em jogo, eludindo a regra fundamental. Porém, na metacoduta, o que me interessa analisar **se cumpre através da regra fundamental**, e o que me importa é justamente o exame deste cumprimento. Concordamos com esses autores em apontar a relação analítica como uma relação simbólica, porém nos casos **em que se cumpre** com o enquadre, o problema reside no fato de que o próprio enquadre é o depositário da simbiose e que esta **não está** no próprio processo analítico. A simbiose com a mãe (a imobilização do não-Eu) permite à criança o desenvolvimento de seu Eu; o enquadre tem a mesma função: serve de suporte, de moldura, porém podemos vê-lo - por enquanto - quando muda ou se rompe. O "baluarte" mais persistente, tenaz e inaparente é, portanto, aquele que se deposita no enquadre.

Desejo agora ilustrar essa descrição que fiz do enquadre com o breve exemplo de um paciente de caráter fóbico (A.A.) com intensa dependência encoberta por uma independência reativa, que durante muito tempo vacilava, desejava e temia comprar um apartamento, fato que nunca se realizava. Num certo momento ficou sabendo, acidentalmente, que eu tinha comprado um apartamento que ainda estava em construção e, a partir daí, começou um período de ansiedade e de diferentes atuações.

Num determinado momento falou sobre o que haviam lhe contado e eu interpretei sua atitude: a forma com a qual me disse isso incluía a reprovação pelo fato de eu não tê-lo avisado da minha compra, sabendo que este era um problema fundamental para ele. Ele tentou ignorar ou esquecer o episódio apresentando fortes resistências toda vez que eu (certamente com insistência) relacionava este fato com suas atuações, até que começaram a aparecer fortes sentimentos de ódio, inveja e frustração, com violentos ataques verbais, que foram seguidos por um clima de afastamento e desesperança. Com o prosseguimento da análise dessas situações, foi gradualmente aparecendo o "fundo" da sua experiência infantil, que eu pude reconstruir através do relato de diferentes lembranças: na sua casa seus pais nunca haviam feito nada, absolutamente nada, sem informá-lo e consultá-lo; ele conhecia todos os detalhes do curso da vida familiar.

Depois do aparecimento e de reiteradas interpretações dessas lembranças (vencendo fortes resistências) começou a acusação de que tudo tinha se quebrado entre nós, que ele já não podia mais confiar em mim, e emergiram frequentes fantasias de suicídio, desorientação, confusão e sintomas hipochondríacos.<sup>6</sup>

Para o paciente quebrou-se “algo” que era assim e que deveria ser como sempre foi e que não concebia que pudesse ser de outra forma. Exigia a repetição da vivência de que para ele foi “sempre assim”, exigência ou condição que pôde manter ao longo da sua vida, por meio de uma restrição ou limitação de seu Eu na relação social, e através da manutenção constante do manejo das relações, com a exigência de uma forte dependência de seus objetos.

Quero assinalar, neste exemplo, como a “não repetição” em virtude do cumprimento do enquadre revelou uma parte muito importante da sua personalidade: o aspecto mais fixo e estável de sua personalidade, seu “mundo fantasma”, a transferência delirante (Little) ou a parte psicótica da sua personalidade: um não-Eu que forma a moldura de seu Eu e de sua identidade. Somente com o “não cumprimento” do seu “mundo fantasma” pude ver que “meu” enquadre não era o mesmo que o dele, que mesmo antes do “não cumprimento” o seu “mundo fantasma” já estava presente. Porém quero frisar que a manutenção do enquadre foi aquilo que permitiu a análise da parte psicótica da personalidade. O que eu quero colocar não é o fato de quantos desses fenômenos aparecem pela frustração ou pelo choque com a realidade (o enquadre) mas sim — o que é mais importante mesmo — quanto disso não aparece e possivelmente nunca pode ser analisado. Não sei responder a essa pergunta. O que me interessa agora é colocar o problema. É semelhante ao que ocorre com o traço de caráter que para ser analisado deve ser transformado em sintoma, quer dizer, deixar de ser egosintônico. E aquilo que fazemos com a análise do caráter, não deveria ser feito também com o enquadre? O problema é diferente e mesmo mais difícil, já que o enquadre não somente não é egosintônico, mas é também a moldura dentro da qual estão construídos o Eu e a identidade do sujeito, e se acha fortemente clivado do processo analítico do Eu que configura a transferência neurótica. Mesmo que se suponha, no caso de A.A., que de uma ou outra forma, este material teria igualmente surgido, já que estava presente, o problema continua existindo, enquanto significado psicanalítico do enquadre.

Sintetizando, poderíamos dizer que o enquadre (assim definido como problema) constitui a mais perfeita compulsão à repetição<sup>7</sup> e que na realidade existem dois enquadres: um, proposto e mantido pelo psicanalista, aceito conscientemente pelo paciente, e outro (o do “mundo fantasma”), aquele no qual o paciente projeta<sup>8</sup>. E este último é uma compulsão à repetição perfeita, já que é a mais completa, a menos conhecida e a mais inadvertida<sup>9</sup>. Sempre me pareceu espantoso e apaxionante, na análise de psicóticos, o fato de coexistir uma total negação do analista e uma susceptibilidade exagerada à infração de qualquer detalhe do “costumeiro” (do enquadre), e como o paciente pode desorganizar-se ou tornar-se violento, por exemplo, por alguns minutos de diferença no início ou no fim da sessão. Agora entendo isso melhor: desorganiza-se o “meta-Eu” que em grande parte é tudo aquilo que ele tem<sup>10</sup>. Na transferência psicótica não se transfere afeto mas “uma situação total, a totalidade de um desenvolvimento”

(Lagache), e que seria melhor dizer a totalidade de um “não desenvolvimento”. Para Melanie Klein, a transferência repete as primitivas relações de objeto, porém creio que o mais primitivo ainda (a indiferenciação) se repete no enquadre<sup>11</sup>.

E. Jaques afirma que a instituição é usada inconscientemente como defesa frente às ansiedades psicóticas, porém eu creio que ela é a depositária da parte psicótica da personalidade, isto é, a parte indiferenciada e não resolvida dos primitivos vínculos simbólicos. As ansiedades psicóticas são jogadas dentro da instituição, e, no caso da situação psicanalítica, dentro daquilo que caracterizamos como o processo (aquilo que “se move” em oposição ao que não: o enquadre)<sup>12</sup>.

O desenvolvimento do Eu (na análise, na família, em qualquer instituição) depende da imobilização do não-Eu. Esta denominação de “não-Eu” nos leva a pensar nele como algo inexistente, mas que tem uma existência tão real que é o “meta-Eu” do qual depende a possibilidade de formação e manutenção do Eu: a sua própria existência. Então poderíamos dizer que a identidade depende da forma como é mantido ou manejado o não-Eu. Se a meta conduta varia, modifica-se todo o Eu (em graus possivelmente equivalentes entre seu *quantum* e sua qualidade)<sup>13</sup>. O não eu é o fundo ou a moldura do Eu organizado, “fundo” e “figura” de uma só Gestalt. Entre Eu e não-Eu (ou entre a parte neurótica e psicótica da personalidade) não se instala uma dissociação mas uma divergem, assim como eu caracterizei este termo em um trabalho anterior.

Assim acontecia com N.N., uma paciente muito rígida e limitada que sempre viveu com seus pais em hotéis em diferentes países. A única coisa que levava sempre consigo era um pequeno quadro. A relação ruim com seus pais e as contínuas mudanças, faziam deste quadro o seu “ambiente”, o seu não-Eu: a sua metaconduta, aquilo que dava a “não mudança” para sua identidade.

Um enquadre “e” a parte mais primitiva da personalidade, é a fusão Eu — corpo — mundo, de cuja imobilidade depende a formação, existência e discriminação (do Eu, do objeto, do esquema corporal, do corpo, da mente, etc). Os pacientes com acting in ou os psicóticos trazem também “o seu próprio enquadre”: o que foi instituído de sua relação simbólica primitiva, mas também a trazem todos os pacientes.

É assim que agora podemos reconhecer melhor a situação catastrófica que, em graus variáveis, sempre pressupõe a “ruptura” do enquadre por parte do analista (férias, não cumprimento de horário, etc), porque com essas rupturas (as rupturas que fazem parte do enquadre) se produz uma “rachadura” através da qual se introduz a realidade que acaba sendo catastrófica para o paciente: “seu” enquadre, seu “mundo fantasma” fica sem depositário e torna-se evidente que “seu” enquadre não é o enquadre psicanalítico assim como ocorreu com A.A. Porém agora quero dar um exemplo de uma “rachadura” que o paciente tolerou até que teve necessidade de recuperar sua onipotência, “seu” enquadre.

Z., único filho de uma família que durante sua infância foi muito rica, socialmente muito destacada e muito unida: viveu em uma enorme e luxuosa mansão com seus pais e avós entre os quais ele era o centro de cuidados e mimos.

Por razões políticas, eles tiveram muitos bens expropriados, o que produziu uma grande decadência econômica. Toda a família se esforçou, durante certo tempo, para viver as aparências de gente rica, dissimulando o desastre e a pobreza, porém seus pais

acabaram mudando para um apartamento pequeno e aceitando um emprego (os seus avós haviam morrido nesse interim). Quando a família enfrentou e aceitou a mudança, ele continuou vivendo “as aparências”: afastou-se de seus pais para viver da sua profissão de arquiteto, porém dissimulando sua grande insegurança e instabilidade econômica; tanto que todos acreditavam que era rico, e ele viveu e fomentou sua fantasia de que “não tinha acontecido nada”, com a qual conservou o mundo seguro e idealizado de sua infância (seu “mundo fantasia”). Era também a impressão que me causava no seu tratamento: uma “pessoa bem de vida”, de uma classe social e econômica superior que, sem ostentação do “novo rico”, conservava um ar de segurança, dignidade e superioridade, de estar fora e acima das “misérias” e “pequenezas” da vida, entre as quais se incluía o dinheiro.

O enquadre se manteve bem, e o paciente pagava regular e pontualmente. Quando foi sendo analisada mais profundamente sua atitude e sua dualidade (a clivagem de sua personalidade), o seu mover-se em dois mundos mantendo uma ficção, começou a me dever dinheiro e a ser imponente assim como a falar (com grande dificuldade) da sua falta de dinheiro, que fazia com que se sentisse muito “humilhado”.

A ruptura do enquadre significou aqui um certo desmoronamento da sua organização onipotente, o surgir de uma “brecha” que se transformou no caminho para penetrar “contra” sua onipotência (o mundo estável e seguro da sua infância).

Neste caso, cumprir o enquadre foi onde ele depositou seu mundo onipotente mágico, sua dependência infantil, sua transferência psicótica: sua fantasia mais profunda era a de que a análise lhe consolidaria esta onipotência e lhe devolveria totalmente “seu” mundo fantasia. A ruptura do enquadre significou a ruptura de uma clivagem o aparecimento de uma “brecha” de interrupção da realidade.

“Viver” no passado não era sua fantasia inconsciente, era diretamente a organização básica de sua existência. Transcrevo parte de uma sessão de um momento no qual, bruscamente, seus pais sofreram um acidente e estavam muito graves. Na sessão anterior havia me pago parte de sua dívida e começa esta sessão dizendo que me trazia tantos pesos e que de qualquer forma ainda faltavam outros tantos e que esta dívida ele a sentia “como uma brecha, como algo que falta” e logo após uma pausa: “ontem tive relações sexuais com minha mulher e no início eu estava impotente e isto me assustou muito”. (É necessário assinalar que este paciente foi impotente no início de seu casamento.)

Interpretei que agora ele estava passando por uma situação difícil por causa do acidente de seus pais, que desejava voltar à segurança que tinha na sua infância, aos pais e avós dentro dele, e que a relação com sua mulher, comigo e com a realidade atual o tornava impotente para isto. Que ele necessitava fechar a brecha pagando-me tudo, para que o dinheiro desaparecesse entre nós dois, para que eu desaparecesse e também tudo aquilo que agora o fazia sofrer.

Respondi que no dia anterior tinha pensado que necessitava de sua mulher somente para não ficar sozinho, mas que ela era um mero agregado em sua vida.

Interpretei que ele também desejava que eu satisfizesse suas necessidades da realidade para que elas desaparecessem e para poder voltar assim à segurança da sua infância e à sua fantasia de reunião com seus avós, pai e mãe, tal como era na sua infância.

Depois de um silêncio comentou que quando ouviu a palavra fantasia, pareceu-

lhe estranho que eu falasse de fantasias e teve medo de ter ficado louco.

Interpretei que ele necessitava que eu lhe devolvesse toda segurança da sua infância que ele tentava reter dentro de si para enfrentar a situação difícil, e que por outro lado ele sentia que eu e a realidade, com suas necessidades e dores, entrávamos por esta brecha que agora o dinheiro deixava, sua dívida, entre nós dois.

O paciente terminou a sessão falando de um travesti; interpretei que ele se sentia travestido: às vezes como filho único e rico, às vezes como pai, às vezes como mãe, às vezes como avô e em cada um deles como pobre e como rico.

Qualquer variação do enquadre põe em crise o não-Eu, “desmente” a fusão, “problematiza” o Eu e obriga à re-introjeção, à re-elaboração do Eu, ou à ativação das defesas para imobilizar ou re-projetar a parte psicótica da personalidade. Este paciente (Z.) pôde admitir a análise de “seu” enquadre até que necessitou recuperá-lo defensivamente. O que é importante frisar é que seu “mundo fantasia” aparece e se problematiza com “falhas” ao enquadre (sua dívida) e que a recuperação de seu “mundo fantasia” se ligou ao fato de “cumprir” com “meu” enquadre, justamente para me ignorar ou anular. O fenômeno da reativação sintomática ao finalizar um tratamento psicanalítico deve-se também à mobilização e regressão do Eu por mobilização do meta-Eu. O fundo da Gestalt se transforma em figura<sup>14</sup>.

Desta forma, o enquadre pode ser considerado como uma “adição” que, se não é analisada sistematicamente, pode se transformar em uma organização estável, na base da organização da personalidade, e então o sujeito obtém um eu “adaptado” em função de um amoldar-se externo às instituições. É a base – creio – daquilo que Alvarez de Toledo, Grinberg e Langer denominaram o “caráter psicanalítico” e que os existencialistas denominam uma existência “operativa”, e que poderíamos reconhecer como um verdadeiro “Eu operativo”<sup>15</sup>.

Este “Eu operativo” é um “Eu de pertinência”: está constituído e é mantido pela inclusão do sujeito numa instituição (que pode ser a relação terapêutica, a Associação Psicanalítica, um grupo de estudo ou qualquer outra instituição): não há um “Eu interiorizado” que dá estabilidade interna ao sujeito. Digamos – de outra forma – que toda sua personalidade é constituída por “personagens”, isto é, por papéis, ou – de outra maneira – que toda sua personalidade é uma fachada. Agora estou descrevendo o “caso limite” porém é preciso levar em conta a variação quantitativa porque não há possibilidade que este “Eu operativo” deixe de existir completamente (nem creio que seja necessário).

O “pacto” ou a reação terapêutica negativa constitui a perfeita instalação do não-Eu do paciente no enquadre e seu não reconhecimento e sua aceitação por parte do psicanalista; mais ainda, poderíamos dizer que a reação terapêutica negativa é uma verdadeira inversão da relação transferência-contratransferência. A “aliança terapêutica” é – ao contrário – a aliança com a parte mais sã do paciente (Greenacre); e isto vale para o processo, mas não para o enquadre. Neste último, a aliança é com a parte psicótica (ou simbólica) da personalidade do paciente (com a correspondente do analista? De fato não sei)<sup>16</sup>.

Winnicott diz que “para o neurótico, o divã, o calor e o conforto podem ser simbolicamente o amor da mãe; para o psicótico seria mais exato dizer que estas coisas são

a expressão física do amor do analista. O divã é o colo do analista ou o útero, e o calor do analista é o vivo calor do corpo do analista". No que se refere ao enquadre, esta sempre é a parte regressiva, psicótica, do paciente (para qualquer tipo de paciente).

O enquadre é o que está presente, igual aos pais para as crianças. Sem eles, não há desenvolvimento do Eu, porém sua manutenção além do necessário, ou a falta de modificação da relação (com o enquadre ou com os pais), pode significar um fator negativo, de paralisação do desenvolvimento<sup>17</sup>. Em qualquer análise, mesmo com um enquadre idealmente mantido, este enquadre deve se transformar, de qualquer forma, em objeto da análise. O que não significa que na prática isto não se faça, mas eu deslizo frisar a interpretação ou o significado daquilo que se faz ou se deixa de fazer, e sua lise sistemática do enquadre no momento preciso. E nesse ponto nos encontramos discriminado; a sua análise comove o Eu e a identidade mais madura alcançada pelo paciente. Não se interpreta o reprimido; cria-se o processo secundário. Não se interpreta em cima de lacunas mnésicas e sim em cima do que nunca fez parte da memória. Também não é uma identificação projetiva; é a manifestação do sincretismo ou a "participação" do paciente.

O enquadre forma parte do esquema corporal do paciente: é o esquema corporal na parte em que ele mesmo não se estruturou e discriminou. Isto quer dizer que é algo diferente do esquema corporal propriamente dito: é a indiferenciação corpo-espaco e corpo-ambiente. Por isso, com frequência, a interpretação de gestos ou atitudes corporais resulta muito persecutória, por que não "tocamos" o Eu do paciente mas seu "meia-Eu".

Quero agora trazer outro exemplo que também apresenta a particularidade de que justamente não posso descrever a "mudez" do enquadre até o momento em que este se revela, quando deixa de ser mudo. Já o comparei com o esquema corporal, cujo estudo começou precisamente pelas suas perturbações. Mas, neste caso, o próprio enquadre do psicanalista estava viciado.

Em uma supervisão, um colega traz a análise de um paciente ao qual há vários anos interpreta a neurose transferencial, apesar do que se mantém uma cronificação e uma ineficácia terapêutica, razões — essas últimas — pelas quais decide trazê-lo em supervisão. O paciente "respeitava" o enquadre e nesse sentido "não havia problema", o paciente associava bem, não fazia *actings* e o analista interpretava bem (a parte que trabalhava). Mas **paciente e terapeuta se tratavam por você** porque assim havia proposto o paciente no começo da sua análise (e isto foi aceito pelo terapeuta). Levou muitos meses a análise da contratransferência do terapeuta até que este se "animou" a reificar o tratamento por você interpretando ao paciente aquilo que ocorria e aquilo que se escondia nesse tratamento. O abandono do tratamento por você, em virtude da sua análise sistemática, revelou a relação narcisista, o controle onipotente e a anulação da pessoa e do papel do terapeuta, imobilizados em tal tratamento.

No tratamento por você, o paciente impôs seu "próprio enquadre" sobreposto ao do analista, mas, na realidade, anulando este último. O colega se viu confrontado com um trabalho que resultou num esforço muito grande, na sessão com o seu paciente (e na sua contratransferência), o qual levou a uma intensa mudança do processo ana-

lítico e à ruptura do Eu do paciente que se mantinha em condições precárias e com um "espectro" muito limitado de interesses, com intensas e extensas inibições. A mudança do tratamento de você através da análise mostrou que o caso não era o de um caráter fóbico obsessivo e sim de uma esquizofrenia simples com uma "fachada" caracteriológica fóbico-obsessiva.

Eu não creio que teria sido útil modificar o tratamento por você desde o início, já que o próprio candidato não estava em condições técnicas de manejar um paciente com uma forte organização narcisista.

O analista não deve aceitar tratar o paciente por você, ainda que possa aceitar o tratamento por você por parte do paciente e analisá-lo no momento oportuno. O analista deve aceitar o enquadre que o paciente traz (que é o "meia-Eu" do mesmo), por que neste se acha resumida a simbiose primitiva não resolvida, mas temos que afirmar, ao mesmo tempo, que aceitar o meia-Eu (o enquadre) do paciente não significa abandonar o próprio em função do qual é possível analisar o processo e o próprio enquadre transformado em processo. Toda interpretação do enquadre (não alterado) mobiliza a parte psicótica da personalidade. Constitui aquilo que chamei de uma interpretação clivada. Mas a relação analista-paciente fora do enquadre rigoroso (como neste exemplo), tanto quanto as relações "extra analíticas", possibilita o encobrimento da transferência psicótica e permite o "desenvolvimento" do "caráter psicanalítico".

Outra paciente (D.C.) manteve sempre o enquadre, porém, com o avançar de uma gravidez, deixou de me cumprimentar ao entrar e sair (nunca me estendeu a mão, desde o início do tratamento). A inclusão na interpretação do deixar de me cumprimentar criou enorme resistência, porém nela se via a mobilização da relação simbiótica com sua mãe, com características muito persecutórias, que por sua vez foi atualizada pela gravidez.

Subsiste o não me dar a mão ao entrar e ao sair e misto reside todavia grande parte de "seu enquadre" diferente do meu. Creio que a situação é mais complexa, por que o não me dar a mão não é um detalhe que falta para completar o enquadre; é um indicio de que ela tem outro enquadre, outra *Gestalt* que não é a minha (a do tratamento psicanalítico), na qual mantém clivada sua relação idealizada com a mãe.

Quanto mais tratamos com a parte psicótica da personalidade mais devemos levar em conta que um detalhe não é um detalhe, mas o indicio de uma *Gestalt*, isto é, de toda uma organização ou estrutura particular.

Em síntese, podemos dizer que o enquadre do paciente é sua fusão mais primitiva com o corpo da mãe e que o enquadre do psicanalista deve servir para restabelecer a simbiose original, mas justamente com o objetivo de modificá-la. São problemas técnicos e teóricos, tanto a ruptura do enquadre quanto a sua manutenção ideal ou normal, mas o que modifica fundamentalmente toda a possibilidade de um tratamento profundo é a ruptura que o psicanalista introduz ou admite no enquadre. O enquadre só pode ser analisado dentro do enquadre, ou, em outros termos, a dependência e a organização psíquica mais primitiva do paciente só podem ser analisadas dentro do enquadre do analista, que não deve ser nem ambíguo, nem cambiante, nem alterado.

Aqui poderíamos comparar esta terminologia com aquela utilizada por D. Liberman e E. Rodrigué.

O enquadre corresponde mais a uma estratégia que à técnica. Uma parte do enquadre inclui "o contrato analítico" que "é um acordo entre duas pessoas, no qual existem dois elementos formais de intercâmbio recíproco: tempo e dinheiro" (Liberman e col.)

O problema, tal qual o colocou, é semelhante ao que os físicos chamam uma experiência ideal, quer dizer, um problema que não acontece total ou parcialmente da forma como se define ou se propõe, mas que é de enorme utilidade (teórica e prática). Possivelmente refira-se à esta análise o problema ideal ao qual, certa vez, Rodrigué se referiu como o histórico do paciente que nada escreveu nem nada poderá escrever.

Fui levado a esse estudo, justamente, por ter dado um conjunto de seminários sobre psicologia institucional e pela minha experiência nesse campo (sem divida, por ora, escassa).

Esta variação da meta, ou variação dos pressupostos fixos ou constantes é a origem da geometria não euclídea e da lógica booleana (Lieber). Em psicoterapia, cada técnica tem seus pressupostos (seu enquadre) e, portanto, seus próprios conteúdos ou processos.

Como disse Little para a transferência delirante, apareceram associações, referidas ao seu corpo, de experiências muito primitivas: sentia-se imobilizado e lembrou que, quando criança, era enfiado de forma a ficar completamente imóvel. O não-Eu do enquadre inclui o corpo e se o enquadre se rompe, os limites do eu formado pelo não-Eu têm que ser recuperados ao nível do corpo.

Esta compulsão à repetição não é somente "uma forma de recordar" (Freud), mas uma maneira de viver em uma condição para viver.

Wender escreveu no seu trabalho que existem dois pacientes e dois analistas, ao que agora acrescento que existem também dois enquadres.

Rodrigué descreve uma "transferência suspendida" e assinala que "a dificuldade nasce do fato que falamos de um fenômeno que, para existir de forma pura, deveria ser muito por definição.

O Creio que seja apressado falar sempre de um "ataque" ao enquadre quando este não é cumprido pelo paciente. O analisando traz "o que lhe vem à mente" e não é sempre um "ataque" e sim sua própria organização (ainda que seja desorganizada).

1. A ambigüidade do "como se" da situação analítica, estudada por W. e M. Baranger, não cobre "todos os aspectos do campo analítico" como dizem estes autores, mas somente o processo. O enquadre não admite ambigüidade, nem por parte da técnica do psicanalista, nem por parte do paciente. Cada enquadre é, e não admite ambigüidade. Igualmente o fenômeno da participação (Lévy Brühl) ou do sincrismo, que é admitido para a situação analítica, eu creio que vale somente para o enquadre.

2. Reider descreve diferentes tipos de transferência à instituição em lugar do que ao terapeuta. A psicanálise e como instituição parece ser um meio de recuperar a onipotência perdida participando do prestígio de uma grande instituição. Creio que o que é importante aqui é considerar a situação psicanalítica como uma instituição em si mesma, especialmente o enquadre.

3. G. Reinoso disse que se o Eu - como assinala Freud - é corporal, o não-Eu também o é. Poderíamos acrescentar algo a mais: que o não-Eu é um Eu diferente, de qualidade distinta, e, em outra contribuição ao Congresso Pan-Americano propunha chamá-lo Eu sincrético. Este significa também que não há um sentido realidade e uma falta do mesmo; há distintas estruturas do Eu e do sentido de realidade.

4. Deve ser este fato que levou alguns autores (Christoffel) à ruptura do enquadre como técnica (com o abandono do divã e entrevistas frente a frente), critério do qual não compartilho.

5. Devo ocupar-me mais do "Eu operativo", "Eu sincrético", "Eu corporal" e "Eu interiorizado" em uma contribuição ao próximo Congresso Psicanalítico Latinoamericano.

6. Não creio que esta transferência psicótica clivada e que se deposita no enquadre seja consequência da expressão, da amnésia infantil.

17. Em O contexto da transferência, E. Rodrigué compara o processo analítico com a evolução. Insistiu-se que o Eu da criança se organiza de acordo com a mobilidade do ambiente que cria e satisfaz suas necessidades. O resto do ambiente, que não promove necessidades, não se discrimina e permanece com tal (como fundo) na estrutura da personalidade, e a isso não se deu o devido valor.

## Bibliografía

- Abraham, K. - A Particular Form of Neurotic Resistance against the Psycho-analytic Method, em *Selected Papers on Psychoanalysis*, Hogarth Press, Londres, 1949.
- Alvarez de Toledo, I.G. de, Grinberg, L., Langer, M. - Terminación de análisis, relato oficial no Primeiro Congresso Psicanalítico Panamericano, México, 1964.
- Baranger, W. M. - La situación analítica como campo dinámico. *Rev. Urug. de Psa.*, IV, 1, 1961 - 1962. El insight en la situación analítica. *Rev. Urug. de Psa.*, VI, 1, 1964.
- Bleger, J. - Simbiosis. Estudio de la parte psíquica de la personalidad. *Rev. Urug. de Psa.*, VI, 2-3, 1964. *Psicohigiene y psicología institucional*, Paidós, Buenos Aires, 1966.
- Christoffel, H. - The Problem of Transference. *Revue Française de Psychanalyse*, XVI, 1952.
- Fenichel, O. - Teoría Psicanalítica de las neurosis. Nova, Buenos Aires.
- Freud, S. - Remembering, Repeating and Working Through. S.E. Hogarth Press, Londres.
- García Reinoso, D. - Cuerpo y mente. *Rev. de Psa.*, XIII, 1956.
- Greenacre, Ph. - Certain Technical Problems in the transference Relationship. *Journ. Am. Psa. Ass.*, VII, 1959.
- Jagues, E. - The Changing Culture of a Factory, Tavistock Publ. Ltd., Londres, 1951. *Los sistemas sociales como defensas contra las ansiedades persecutoria y depresiva*, em *Nuevas direcciones en psicoanálisis*, cit.
- Klein, M. - La técnica psicanalítica del juego em *Nuevas direcciones en psicoanálisis*, cit.
- Lagarde, D. - El problema de la transferencia. *Rev. Urug. de Psa.*, 1, 2-3, 1956.
- Liberman, D., Ferschhut, G., Sor, D. - El contrato analítico. *Rev. de Psa.*, XVIII, 1961 (número especial).
- Liberman, D. - La comunicación en terapeútica psicanalítica. Eudeba, Buenos Aires, 1962.
- Lieber, L. R. - The Great Discovery of Modern Mathematics. *General Semantic Bulletin*, XVI-XVII, 1960.
- Little, M. - On Delusional Transference. *Int. J. Psa.*, XXI, 2-4, 1958.
- Nunberg, H. - Transference and Reality. *Int. J. Psa.*, XXXII, 1951.
- Reider, N. - A Type of Transference of Institutions. *Bull. of Menninger Clinic*, XVII, 1953.
- Rodrigué, E. - El Contexto de la Transferencia, em Rodrigué, E. Y G., *El contexto del proceso analítico*, Buenos Aires, Paidós, 1966.
- Wender, L. - Reparation patológica y perversion, aprensionado na A.R.A. em abril, 1966.
- Whinnicott, D.W. - Primitive emotional development, em *Collected Papers*, Tavistock Publ. Ltda., Londres, 1958. *Hate in the Countertransference*, *Int. J. Psa.*, XXX, 1949. *Clinical Varieties of Transference*, *Int. J. Psa.*, XXXVII, 1956.